

EPISTEMOLOGIAS E ENSINO DA HISTÓRIA

Coord.

Cláudia Pinto Ribeiro

Helena Vieira

Isabel Barca

Luís Alberto Marques Alves

Maria Helena Pinto

Marília Gago



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Epistemologias e Ensino da História
(XVI Congresso das Jornadas Internacionais de Educação Histórica)

COORDENAÇÃO

Cláudia Pinto Ribeiro
Helena Vieira
Isabel Barca
Luís Alberto Marques Alves
Maria Helena Pinto
Marília Gago

EDIÇÃO: CITCEM

Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

ISBN

978-989-8351-74-6

Porto, 2017

Trabalho cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da FCT, no âmbito do projeto POCI-01-0145-FEDER-007460.



FORMAÇÃO DOCENTE: DO CURRÍCULO À PRÁXIS – UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

LUCIANA GERUNDO HORNES

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

RESUMO: A formação docente, mais especificamente na área da História, tem sido objeto de preocupação e constantes reflexões acerca do tema. O presente estudo busca analisar como os discentes que estão cursando o Curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal de Pelotas – Brasil compreendem a prática docente no âmbito da disciplina de História e como as formações oportunizadas por essa instituição de ensino influenciam nesse entendimento. Para desenvolver essa investigação selecionamos uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul – Brasil, sendo que o mesmo apresenta ao todo quatro universidades federais. Dedicamo-nos a estudar, nos processos de formação acadêmica como foi pensado o presente currículo, quais os saberes que foram contemplados, a fim de unir com potencial destaque o que acreditamos ser a base real de uma educação de qualidade: a formação inicial, os saberes e a prática docente. Nossas conclusões prévias nos levam a reconhecer um trabalho consistente quanto à formação do professor de História. De um modo geral a instituição prioriza um trabalho em conjunto entre a teoria e a prática do discente em Licenciatura em História, onde a mesma também busca um espaço de diálogo constante entre a educação superior e a educação básica no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: *Ensino de História, Educação Histórica, Formação de Professores.*

A formação docente, mais especificamente na área da História, tem sido objeto de preocupação e constantes reflexões acerca do tema. O presente estudo busca analisar como os discentes que estão cursando o Curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) – Brasil compreendem a prática docente no âmbito da disciplina de História e como as formações oportunizadas por essa instituição de ensino influenciam nesse entendimento.

A intenção, portanto, é perceber como o curso de graduação em Licenciatura em História da UFPEL articula através da elaboração do seu currículo uma formação inicial pautada nas necessidades contemporâneas, ou seja, partimos do entendimento de que o aprendizado deve estar articulado entre os conceitos de teoria e prática, formação acadêmica e prática escolar e que os discentes das universidades ligadas à licenciatura tenham uma formação relacionada à análise crítica e reflexiva do seu trabalho diário em sala de aula.

Para desenvolver essa investigação selecionamos uma universidade federal do estado do Rio Grande do Sul – Brasil, sendo que o mesmo apresenta ao todo quatro universidades federais. Dedicamo-nos a estudar, nos processos de formação acadêmica como foi pensado e articulado o presente currículo, quais os saberes que foram contemplados, a fim de unir com potencial destaque o que acreditamos ser a base real de uma educação de qualidade: a formação inicial, os saberes e a prática docente.

A potencialidade da educação está intimamente relacionada à qualificação dos profissionais da educação, nesse sentido se faz necessário (re)pensar à construção de novos conhecimentos sobre a formação e a prática docente. Na medida em que percebemos, ao longo dos anos um processo histórico marcado por políticas e demandas de desvalorização desse profissional, tanto de ordem econômica, quanto as precárias condições de trabalho, dos quais eles se deparam diariamente.

Nesse sentido, segundo Reis:

Recuperar e resgatar o papel do professor como agente capaz de pensar e refletir sobre sua prática; resgatar a qualidade dos cursos de licenciatura e proporcionar um saber significativo do ponto de vista social, repensar a escola e os limites do espaço educacional; articular o ensino e a pesquisa em todos os níveis; pensar o conhecimento histórico como algo dinâmico e contraditório, apreendido de maneiras diferentes com suas várias possibilidades e historicamente condicionado e, ainda, recuperar as condições de trabalho e salário tornam-se questões fundamentais neste contexto, em que a pretensa globalização da economia e a qualidade total contribuem para atenuar as contradições [...] (REIS, 1999: 61)

Na direção desse debate pretendemos desenvolver reflexões a respeito de como os saberes docentes são elaborados, reelaborados e apropriados pelo professor de História. E como

esse futuro professor se identifica como um profissional reflexivo e investigativo de sua prática diária.

Para tanto se faz necessário unir a formação acadêmica inicial com a prática escolar. Situando o conceito de práxis, de acordo com Pimenta e Freire:

A atividade teórica por si só não leva à transformação da realidade; não se objetiva e não se materializa, não sendo, pois, práxis. Por outro lado, a prática também não fala por si mesma, ou seja, teoria e prática são indissociáveis como práxis. (PIMENTA, 2005). Nesse sentido, Freire (1996) complementa esse pensamento para a efetiva realização da práxis ou de uma nova práxis. (QUEIROZ, 2012: 107-108)

Reconhecemos a grande dificuldade dos docentes em unir a teoria com a prática, visto que há várias décadas no Brasil, ocorreu uma separação dentro dos cursos superiores de História entre a formação de professores e a formação de pesquisadores. Inúmeros estudos apontam para uma visão sobre a pesquisa e o ensino de forma hierarquizada, como se a pesquisa se posicionasse num viés de superioridade perante o ensino. Esse entendimento retira da sala de aula o poder legítimo de produção de conhecimento.

No entanto,

De modo categórico afirmamos [...] que, por meio de uma aula, também se conta uma história, que, ao se contar uma história por meio de aula, também se faz história; e que somente ao se fazer história por meio de uma aula nos tornamos professores de história. Por lermos de um modo singular uma proposição, podemos afirmar que também somos autores. Mas o fazemos não para afirmar uma semelhança, e sim para sublinhar a diferença que nos identifica. (MATTOS, 2006: 11)

Nessa direção, o papel formativo do professor de História deve ser trabalhado de forma consciente pelo profissional da educação, ou seja, o mesmo deve projetar os temas e valores propiciando aos estudantes condições para que a sala de aula seja um espaço de reflexão e construção do conhecimento.

Percebemos ao longo dos anos um amplo debate sobre a desqualificação do exercício do professor de História, esses debates muitas vezes partem do pressuposto de que a construção do currículo em um curso de formação inicial de professores é de suma importância, pois a elaboração desse currículo e de como ele dialoga com a questão da prática pedagógica irá nos permitir perceber ou não, a ausência de um questionamento muito importante que se refere à formação inicial docente, ou seja, se esse currículo apresenta condições reais para a formação de um professor pautada numa educação de qualidade, baseada na construção da formação inicial, nos saberes docente e a prática docente. A Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), instituição essa que foi eleita como objeto desse estudo apresenta os dois cursos de formação do profissional de História, essa instituição possui a separação curricular entre o bacharelado e

a licenciatura. No presente artigo, iremos apenas nos deter ao currículo da licenciatura, onde cada curso tem sua característica específica.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES, CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Ao refletirmos sobre a importância do papel do ensino superior de História, no que diz respeito à formação inicial do professor de História quanto à aquisição de saberes necessário a sua aplicação em sala de aula, acreditamos que essa prática deve estar pautada em uma ampla reflexão, ou seja, o professor deve refletir sobre o pensamento histórico e perceber como ele se constitui.

De acordo com Jörn Rüsen, essa “auto-reflexão, como retorno ao processo cognitivo de um sujeito cognoscente que se reconhece reflexivamente nos objetos de seu conhecimento” (2001: 25). Nesse sentido, percebemos que esse autor não concebe a ideia de que o processo histórico de conhecimento esteja desvinculado a questão da reflexão e a discussão sobre uma teoria da História, ambas as questões são necessárias para que se possa perceber como o pensamento histórico se organiza e se torna real. Cabe salientar que, essa “ampla apreensão da realidade pelo pensamento e sua interiorização (...) é que o cotidiano do historiador constitui a base natural da teoria da História.” (RÜSEN, 2001: 29)

Nesse seguimento, pensar a formação inicial com base no cotidiano do historiador, se faz necessário, sendo esse cotidiano refletido por uma teoria específica da História, onde ambos irão ter a função de contribuir para a formação docente mais especificamente no campo da didática.

As inúmeras questões referentes ao ensino de História quanto à sua didática presente nas disciplinas pedagógicas inseridas nos cursos superiores de licenciatura, começam a serem discutidas e debatidas no início da década dos anos 80.

No Brasil, após um longo período que compreende os anos de 1962 a 1996, o Conselho Federal de Educação determinava um currículo mínimo revogado pela última Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases – LDB (BRASIL, 1996), essa lei era direcionada para os cursos de licenciatura.

No período em questão, ao mesmo tempo em que nos deparamos com essa lei direcionada a uma reformulação curricular dentro das universidades, observamos uma ampla discussão em torno da capacitação dos professores do ensino fundamental e médio. Discussões essas

que procuravam consolidar as reformas necessárias no processo educacional em curso. O país nesse período vivenciava um momento de mudança, de ruptura com laços ditatoriais e precisava com certa urgência rever seu modelo educacional. Esse processo de redemocratização nos permitia nesse momento pensar novas formas para a educação. Portanto, as questões direcionadas a educação começam a ser abordadas de forma racional e articulada com os acontecimentos políticos da época.

A Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases – LDB conferia autonomia para que os cursos universitários estabelecessem seus Projetos Políticos Pedagógicos a partir do ano de 1996. Esperava-se nesse momento que as universidades organizassem um currículo que abrangesse bem mais os cursos de licenciatura, visto que os programas curriculares naquele período eram pouco estimuladores, com carga horária de estágio muito reduzida, ocasionando certa estagnação no ensino e na prática dos futuros professores da área de História.

No período em questão, as discussões em torno do papel das disciplinas pedagógicas e sua real importância crescem nos ambientes acadêmicos, nos Congressos, Jornadas entre outros eventos, tanto da área da Educação quanto da área de Ensino de História. Ao mesmo tempo o cenário das universidades começa a serem modificados, os cursos de licenciatura precisavam agora não apenas formar professores, mas sim formar pesquisadores/professores ao mesmo tempo, ou seja, independente do curso em questão tanto o bacharelado, quanto a licenciatura necessitavam de um currículo com uma base muito sólida de formação histórica e um aumento considerável nas horas destinada as práticas pedagógicas.

No ano de 2001, foi aprovado o parecer 492/2001 do Conselho Nacional de Educação (CNE) que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de História – as DCN – cujo propósito foi servir como parâmetro para os currículos destes cursos (BRASIL, 2001). Inserido nesse contexto essas Diretrizes Curriculares Nacionais pretendiam aprofundar as discussões em torno de um maior aperfeiçoamento das habilitações ao invés de separá-las, ou seja, o que se buscava nesse documento era uma reformulação no currículo da área de História, nesse período buscava-se a formação do profissional de História e não apenas do professor ou do pesquisador de História.

De acordo com Costa:

O texto das Diretrizes Curriculares do Curso de História baseou-se em documento escrito pela ANPUH. Assim, as questões levantadas pela Avaliação dos Cursos de Graduação realizada na década de 80 pelo MEC em conjunto com alguns representantes da Associação Nacional de História (BRASIL, 1986), como a indissociabilidade ensino/pesquisa, as relações entre Licenciaturas e Bacharelados, disciplinas teóricas, relações com o ensino de primeiro e segundo graus, relações entre a Graduação e a Pós-Graduação, etc. marcaram o texto das DCN. Dentre essas, o ponto-chave das Diretrizes é a relação ensino e

pesquisa, transposta para definição do perfil do profissional de História, ponto este que foi, e provavelmente continua sendo, fonte de discussões entre os historiadores. (COSTA, 2010: 14)

A proposta inicial da ANPUH era que os cursos de História englobassem tanto o pesquisador quanto o licenciado numa formação profissional única, sem a separação entre o ser bacharel ou ser professor. O que se esperava nesse momento de discussão e propostas enviadas era a formação de um profissional que dominasse a disciplina de História e que conseguisse utilizá-la em diversos lugares de ordem profissional, tanto em ambientes formais, como em ambientes direcionados para a aprendizagem, neste caso estamos nos referindo à sala de aula, arquivos, museus, entre outros.

Neste mesmo período em questão são enviadas inúmeras propostas das quais uma se constitui de suma importância na questão da formação do professor de História, esse documento define o perfil do graduando em História, que num primeiro momento esse texto se intitula Perfil Profissional e depois passa a se chamar Perfil dos Formandos. O texto de 1988 coloca a seguinte questão:

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho do Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza, do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc.), uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa.¹⁸⁷

Em 1999, o mesmo documento passa por alterações:

*O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho do Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza, do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc.). **Neste sentido, não se deve pensar em um curso que forme apenas professores, uma vez que a formação do profissional de História se fundamenta no exercício da pesquisa, não podendo a formação docente ser compreendida sem o seu desenvolvimento de sua capacidade de produzir conhecimentos.**¹⁸⁸*

Porém em 2001, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, aprovada pelo Parecer CNE/CES nº 492/2001, oficialmente exclui toda a última frase do documento:

¹⁸⁷ Citado na Associação Nacional dos Professores de História (ANPUH), sobre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História – Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-Graduação em História (07/11/1998).

¹⁸⁸ O negrito revela alterações no texto BRASIL-MEC-SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR-Departamento de Políticas de Ensino Superior-Diretrizes Curriculares dos Cursos de História, 1999. Citado em MESQUITA, Ilka Miglio de. Formação de Professores de História: Experiências, olhares e possibilidades (Minas Gerais, anos 80/90). Universidade Federal de Uberlândia, 2000 – Dissertação de Mestrado, p. 42.

O graduado deverá estar capacitado ao exercício do trabalho do Historiador, em todas as suas dimensões, o que supõe pleno domínio da natureza, do conhecimento histórico e das práticas essenciais de sua produção e difusão. Atendidas estas exigências básicas e conforme as possibilidades, necessidades e interesses das IES, com formação complementar e interdisciplinar, o profissional estará em condições de suprir demandas sociais relativas ao seu campo de conhecimento (magistério em todos os graus, preservação do patrimônio, assessorias a entidades públicas e privadas nos setores culturais, artísticos, turísticos, etc.).

Observamos e reconhecemos que o que foi retirado do texto anterior, tratava-se do grande questionamento que ainda hoje persiste nos meios acadêmicos, ou seja, na separação entre o ensino e a pesquisa, podemos também colocar a questão da dicotomia presente nas universidades, que formam professores e historiadores, onde sem grandes pormenores separamos os que pensam dos que atuam. No entanto, no Brasil a docência é o principal espaço de colocação profissional do Historiador, sendo assim, sejam bacharéis ou licenciados, ambos acabam por se inserir no mercado de trabalho enquanto docentes. O resultado desse cenário é que os bacharéis acabam investindo em uma formação continuada, especialização, mestrados e doutorados e ao final ingressam na docência no Ensino Superior. Esses bacharéis acabam por tornarem-se os responsáveis pela formação de professores em História que devido às demandas em sua grande maioria serão absorvidos pela Educação Básica.

A questão que colocamos aqui para ser debatida, não está na crítica sobre os professores universitários sem formação para a docência formando os futuros professores, mas no fato de que a hierarquização de uma formação sobre a outra, não contribui para a formação dos cursos de História.

Ao pensarmos em todas essas questões quanto à formação do profissional de História, mais especificamente os Licenciados em História, nos questionamos com relação ao que foi proposto pelas Diretrizes Curriculares, onde a mesma permaneceu neutra aos problemas a respeito da formação inicial dos professores de História. De acordo com Selva Fonseca, no texto intitulado: “A Formação do Professor de História do Brasil: novas diretrizes, velhos problemas”, a autora assinala questões muito pertinentes para serem pensadas e discutidas, que são:

O texto das Diretrizes, documento histórico, produção de historiadores brasileiros é explícito: os cursos de História devem formar o historiador, qualificado para o exercício da pesquisa. Atendida esta premissa o profissional estará apto para atuar nos diferentes campos; inclusive no magistério. Forma-se o historiador. Sobre a formação do professor, o texto silencia. A produção do silêncio é uma operação lógica. Certeau ao analisar o lugar social da produção historiográfica e o papel dos historiadores na sociedade afirma: “no que concerne às opções, o silêncio substitui a afirmação... Aqui o não-dito é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tornaram pretextos...³ Por que não dizer que o curso de História forma professores de História? Por que não confessar, para nós mesmos, formadores, que o campo de trabalho do historiador é basicamente o ensino? (...). Vivendo, construindo, fazendo história na realidade social brasileira o indivíduo que faz opção pelo curso de História se defronta com o seguinte dilema: Ser historiador ou ser professor de História? O documento curricular prescrito diz: “ser historiador, pesquisador”, o real dirá: “ser professor”. Por que não ser historiador e professor? Ou historiador-professor de História preparado para o exercício da pesquisa e do ensino? Por que não assumimos a

formação do professor-pesquisador? Como tornar-se professor de História neste contexto educacional?
(FONSECA, 2001: 8)

O problema percebido não está localizado na separação entre bacharéis e licenciados, mas na distinção formativa que é feita entre os dois. Isso porque uma formação voltada para a pesquisa não deve ser o eixo central do bacharelado, mas da licenciatura também. Nesse sentido, nos questionamos por que não formar professores/historiadores, onde ambos estariam preparados para o exercício da pesquisa e do ensino.

Compreendemos que tanto a docência quanto a História, enquanto propostas de atuação no campo da pesquisa fornecem saberes imbricado na formação do profissional docente, que chamaremos aqui de historiador-professor. Esse não é apenas um historiador que ministra aulas de História, mas, é o pesquisador que consciente do seu papel social, transforma os resultados de seu fazer histórico em conhecimento aplicável para a sociedade. O historiador-professor é aquele que consegue em sua prática profissional aliar seus conhecimentos históricos, resultantes de suas pesquisas, à docência em História, com vistas a propiciar aos seus estudantes um ambiente formativo voltado ao desenvolvimento de habilidades de reflexão, análise e crítica. Desse modo, concordamos com Fonseca, quando a autora se refere o que se busca é “a superação da dicotomia forma/conteúdo, uma vez que não é possível conceber uma metodologia de ensino deslocada da produção do conhecimento específico. Logo, o objetivo é a compreensão da totalidade do ato de conhecer” (2003: 76). Esse pensar o conhecimento como um todo, só é possível, quando desenvolvemos as habilidades de análise do nosso presente em relação ao nosso passado. Quando unimos os conteúdos com os saberes da vida cotidiana, somente assim o conhecimento se torna real e os saberes históricos são aplicados no dia a dia das pessoas.

Reconhecemos que o saber histórico é à base do historiador-professor para a constituição de uma educação voltada para a diversidade, pois, de acordo com Marc Ferro, “não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para toda a vida” (1983: 11). Um ensino de História que vise o desenvolvimento de uma consciência para a vida em sociedade, deve sempre estar atento com as preocupações geradas nas realidades do presente e por esse motivo precisamos ter um olhar mais detalhado e aprofundado com relação à maneira como vamos conduzi-los numa sala de aula. Nesse sentido, segundo Jaime Pinsky e Carla Bassanzi Pinsky, “queiram ou não, é impossível negar a importância, sempre atual, do ensino de História. (...) A História é referência. É preciso, portanto, que seja bem ensinada” (2010: 19). Percebemos que os autores chamam a atenção de que o conhecimento histórico não se faz por ele

mesmo, não é apenas a disciplina de História que trabalha sozinha, os saberes históricos só serão possíveis de ser produzidos a partir da união entre o conhecimento e a presença do professor. E, é esse professor que capacitado de suas funções fornece ao estudante condições do mesmo produzir os seus próprios saberes históricos, por meio da arte de pensar criticamente a realidade que se apresenta ao nosso redor.

O professor de História é um profissional que possui os saberes para propiciar aos estudantes condições, ou mesmo um espaço de ampla reflexão, que o possibilite adquirir as ferramentas necessárias para o trabalho. Conforme Schmidt,

O saber-fazer, o saber-fazer-bem, lançar os germes do histórico. Ele é o responsável por ensinar o aluno a captar e a valorizar a diversidade dos pontos de vista. Ao professor cabe ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas (2010: 67).

A disciplina de História não é apenas passar informação, como durante muito tempo pensamos, mas sim formativa, ela possui uma grande responsabilidade social. Diante da prática do professor, o mesmo desenvolve nos estudantes a relação que existe entre o passado e presente, permitindo a reflexão sobre os problemas vivenciados ao longo do tempo e principalmente, dando condições aos mesmos de criarem novas problemáticas de reflexão que os possibilitem a intervir no campo social. Seguindo esse pensamento, Schmidt,

Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: ‘eu não dou para aprender História’ -, nem mesmo com uma mercadoria que se compra bem ou mal (2010: 57).

Constituir condições para o amadurecimento do estudante de forma que ele possa se reconhecer como um sujeito histórico, conforme discorreu Schmidt, é o próprio ato de oferecer instrumentos de promoção de capacidades aos estudantes. Cabe ao professor transformar a sala de aula em um espaço de diálogo, de troca de ideias, de tomada de decisões, de reflexão e a partir disso tudo, a consciência gerada nos estudantes é o reflexo do seu conhecimento tomando forma para uma consciência social. Nessa direção, de acordo com Schmidt, “A aula de História é o momento em que, ciente do conhecimento que possui, o professor pode oferecer a seu aluno a apropriação do conhecimento histórico existente, através de uma atividade com a qual ele retome a atividade que edificou esse conhecimento” (2010: 57). Nesse sentido trabalhamos com a certeza da importância do papel do professor numa sala de aula, que o mesmo deve estar sempre pautado no conhecimento e na permanente reflexão dos seus saberes. Conforme afirmou Olavo Pereira Soares,

Para ensinar, são necessárias determinadas habilidades, métodos, procedimentos de trabalho que possibilitem ao professor uma docência que resulte na compreensão e incorporação do aprendizado da História pelos seus alunos (2008: 11).

No entanto, para o desenvolvimento dessas habilidades, elencadas pelo autor, o professor de História precisa compreender que deve ser mais do que um simples eco das produções do passado e seguir para o seu próprio entendimento como produtor e partícipe do conhecimento histórico.

O papel do professor nesse contexto atual é fundamental, nesse sentido pensar na formação inicial do professor de História é para nós, debater alternativas que possibilitem uma formação pedagógica comprometida com o rompimento e a desconstrução de verdades absolutas, de práticas tradicionais, como a que reforça os papéis do professor que transmite conhecimento e do estudante que apenas recebe esse conhecimento. Desejamos com este estudo, abrir possibilidades e condições de se pensar a respeito da formação acadêmica do professor de História, se a mesma oferece condições reais para o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades de transformação e também se consegue fazer-se apto para poder construir os seus saberes docentes e suas práticas de ensino.

Em vista disso, nos perguntamos: Que compromissos as instituições de Ensino Superior assumiram quanto à construção e elaboração da prática pedagógica do futuro professor de História? Que tipo de profissional da educação foi pensado nesse contexto atual? E por último, Que tipo de formação se tornam mais viáveis para equipar os professores com as capacidades necessárias ao desempenho do seu trabalho?

Procurando responder algumas dessas questões dedicamo-nos a investigar e analisar a construção do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, bem como perceber como o mesmo dialoga a sua teoria com as práticas no cotidiano das escolas do ensino fundamental, médio e do ensino superior.

A Universidade Federal de Pelotas – UFPEL apresenta na sua oferta de cursos de graduação tanto o curso de Licenciatura quanto o curso de Bacharelado, onde cada curso tem sua característica específica, no caso do curso de Licenciatura em História:

O objetivo de formar professores habilitados para o trabalho em equipe (interação entre pessoas) e inter/transdisciplinar (interação entre os saberes), buscando a maior aproximação possível com o universo do exercício profissional, colocando os licenciados em contato direto com as escolas – no intuito de aprimorar sua formação como docente – e com as fontes de informações históricas (documentos, pessoas, objetos) necessários à produção do conhecimento histórico – no intuito de aprimorar sua formação como pesquisadores. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2010: 4)

Como podemos perceber no documento citado, cabe ao licenciado em História o desenvolvimento das atividades centradas no ensino de História, a atividade de pesquisa é apontada ao ensino de História, no entanto, o conhecimento produzido por esse professor pode ou não ser atribuído por reflexões próprias do fazer histórico.

Esse curso de graduação possui como características principais ser de responsabilidade do Instituto de Ciências Humanas – ICH, a titulação conferida ao graduando é de Licenciado em História, o curso tem a duração mínima de 08 (oito) semestres (4 anos) e é oferecido no turno da noite.

O curso de Licenciatura em História da UFPEL surgiu em dezembro de 1980. Nesse período em questão tinha a duração de dois anos e o mesmo complementava a Licenciatura em Estudos Sociais, na época também chamada de Licenciatura Curta, que tinha a duração de dois anos. Essa estrutura de curso permaneceu até o ano de 1990, quando foi substituída pela modalidade de Curso de Licenciatura em História, também conhecido como Licenciatura Plena, de duração de quatro anos.

A mudança na grade curricular ocorreu após as determinações do governo, onde:

A necessidade de adequar-se às determinações da Resolução CNE/CP 1/2002, de 18 de fevereiro de 2002, e da Resolução CNE/CP 2/2002, de 19 de fevereiro de 2002, levou a uma reestruturação curricular que estabeleceu, a partir de março de 2004, a duração de cinco anos para o Curso. Apesar do ganho qualitativo resultante da adoção daquela estrutura curricular, com o tempo a duração de cinco anos apresentou sinais de constituir-se em um fator capaz de desestimular a permanência de alguns alunos no curso. Frente a isso, e após intensos debates dos quais participaram docentes e discentes, optou-se pela elaboração deste novo Projeto Pedagógico, que consolida ajustes anteriormente feitos e estabelece nova organização curricular para o Curso de Licenciatura em História, que passará a ter a duração de quatro anos. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2010: 3)

Além da mudança curricular também se fez necessário pensar em que profissional da área da Educação em História esta instituição pretendia formar. Nesse sentido, num primeiro momento, “alguém habilitado a atuar no processo definição, preservação e difusão dos conteúdos históricos da cultura.” (PROJETO PEDAGÓGICO, 2010). Neste caso, a importância atribuída a esses conteúdos estava intimamente ligada às instituições escolares, como o ambiente eleito para esse diálogo e para o desenvolvimento desse processo. Nesse seguimento a universidade começou a desenvolver um olhar mais detalhado quanto à formação dos futuros professores de História.

Dessa forma, foram elaborados dentro do Projeto Pedagógico os itens necessários para o desenvolvimento desse profissional da educação, enquanto sua formação e adequação de competências e habilidades profissionais.

No que se refere à Pedagogia das Competências e Formação de professores, mais especificamente as Habilidades dos mesmos, a Universidade Federal de Pelotas – UFPEL estruturou elementos de renovação, indicando as novas competências e necessidades da atualidade. Destacamos:

O licenciado em História formado pelo Curso de Licenciatura em História da UFPEL deverá caracterizar-se pelas seguintes competências e habilidades:

a) ser capaz de aliar o saber-fazer da docência ao domínio dos fundamentos teóricos e metodológicos específicos do historiador;

b) ser criativo para se apropriar de seus aprendizados ao longo do curso e para conseguir traduzi-los aos seus futuros alunos;

c) ter domínio da utilização de recursos audio-visuais e outros recursos tecnológicos e artísticos disponíveis;

d) saber trabalhar em equipe;

e) ser sensível às distintas realidades sociais em que deverá atuar como professor;

f) estar apto a lidar com as diversidades de ordem sócio-econômica, cultural e de personalidade do conjunto dos alunos, atuando de forma a garantir a inclusão e integração dos mesmos;

g) ser comprometido com a liberdade intelectual e científica, entendendo que o conhecimento não pode ser subordinado por convicções obscurantistas e preconceitos;

h) ser comprometido com a liberdade de pensamento, devendo sempre lutar contra o cerceamento ideológico sob qualquer forma e manifestação.

i) ser incentivador da consciência social e comprometido com a valorização da preservação da memória e patrimônio cultural coletivos;

j) saber estimular o interesse pela compreensão do processo histórico e a capacidade de refletir sobre questões atuais na história, fazendo o vínculo entre passado e presente;

k) deverá ser capaz de agir e refletir de forma interdisciplinar, enriquecendo a reflexão sobre a História, para incentivar os seus alunos a acharem no conhecimento histórico um instrumental para alimantar uma visão crítica da realidade social e uma postura cidadã diante da sociedade.¹⁸⁹

Percebemos ao analisar os documentos oficiais, o surgimento de um “novo” paradigma educacional, observamos que através dos conceitos de Competências e Habilidades os currículos foram pensados e construídos com a intenção de formar esse “novo profissional docente”. Essa nova concepção para a formação dos futuros professores brasileiros foi estruturada com a finalidade de superar as inúmeras críticas em torno da qualidade do ensino e conseqüentemente do trabalho exercido pelos professores no período em questão. O Brasil buscava e busca uma maior qualidade no ensino, portanto a proposta de um currículo com base nas Competências e

¹⁸⁹ Estas referências estão incluídas no Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Pelotas, 2010: 4/5.

Habilidades possibilitava um modelo de profissionalização perspectivada em uma nova concepção de ensino, tornando possível a união entre o conhecimento teórico e a sua mediação pedagógica. Ou seja, um depende do outro para o êxito do trabalho em sala de aula.

Quando nos referimos às críticas em torno da má qualidade no ensino e no trabalho docente, identificamos um amplo questionamento do trabalho do professor em sala de aula, apoiados nesse discurso a reforma educacional se fez necessária e legitimada pela população como um todo. De acordo com Dias:

No site do Ministério da Educação em 2000, a Secretaria de Ensino Superior (SESU) associava o fraco desempenho na aprendizagem dos alunos à formação insuficiente de seu quadro docente, justificando as mudanças decorrentes da nova legislação em torno de uma nova concepção para a formação de professores brasileiros. Tal discurso encontrava sintonia com a declaração do ex-ministro da Educação e do Desporto, Paulo Renato Souza, em Washington, durante conferência promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e publicada em jornais de grande circulação, afirmando “que muitos professores não tinham condições de ensinar” (PASSOS, O Globo, 2000 apud DIAS, 2003: 1159)

Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de um maior aprofundamento na organização de um currículo universitário, visto que o mesmo está intimamente ligado à qualidade da educação e mudança na formação dos futuros professores de História. Quanto à estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História, da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, a mesma pensou e organizou o seu plano de estudo da seguinte forma:

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA		
CARGA HORÁRIA CONFORME A NATUREZA DA FORMAÇÃO		
Formação Específica (FE)	2.326 horas	82 %
Formação Livre (FL)	283 HORAS	10 %
Formação Complementar (FC)	200 HORAS	8 %
CARGA HORÁRIA TOTAL	2.809 HORAS	100 %

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2010: 7.

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA	
CARGA HORÁRIA CONFORME A NATUREZA DOS CONTEÚDOS	
CONTEÚDOS CURRICULARES DE NATUREZA CIENTÍFICO-CULTURAL (FE)	1.530 HORAS (1836 H/A)
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (FE)	396 HORAS (476 H/A)
CONTEÚDOS CURRICULARES OPTATIVOS E DE FORMAÇÃO LIVRE (FL)	283 HORAS (340 H/A)
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (FE)	400 HORAS
ATIVIDADES COMPLEMENTARES (FC)	200 HORAS
CARGA HORÁRIA TOTAL	2.809 HORAS

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2010: 7.

Apresentando as seguintes questões:

a) Conteúdos curriculares de natureza científico-cultural: estes conteúdos serão desenvolvidos sob a forma de um conjunto de disciplinas de caráter obrigatório e de natureza teórica.

b) Prática como componente curricular: estas práticas serão vivenciadas, ao longo do curso, através de disciplinas de caráter obrigatório e de natureza prática.

c) Conteúdos curriculares optativos e de formação livre: Conteúdos curriculares optativos: estes conteúdos serão desenvolvidos pelo aluno através da matrícula nas disciplinas cadastradas como optativas no currículo. Formação Livre: serão desenvolvidos pelos alunos através da matrícula em disciplinas de sua escolha, de qualquer natureza (teóricas, práticas ou mistas). O aluno deverá integralizar **pelo menos 113 horas em disciplinas de conteúdo curricular optativo e até 170 horas em disciplinas de formação livre**. O aluno também poderá optar por realizar o total de 283 horas em disciplinas de conteúdo curricular optativo, tendo em vista a variedade e o elevado número de optativas cadastradas no currículo.

d) Estágio curricular supervisionado: as atividades de estágio curricular supervisionado serão desenvolvidas através de um conjunto de quatro disciplinas de caráter obrigatório e de natureza prática.

e) Atividades complementares: o aluno integralizará a carga horária prevista através da participação em atividades extra-classe diversas, que contribuam para sua formação, tais como estágios (museus, arquivos, turismo histórico, educação patrimonial, assessorias históricas, montagem e monitoria de exposições, etc.), eventos de caráter acadêmico-científico-culturais

(congressos, colóquios, simpósios, jornadas), atividades de pesquisa e de extensão, etc., participação em viagens e visitas de estudos, etc. Vale destacar que as Atividades Complementares encontram-se abertas à Formação Livre ou Opcional.

As disciplinas que compõem o currículo do Curso de Licenciatura em História, sem prejuízo das interações possíveis e desejáveis, podem ser organizadas em quatro núcleos principais:

- **Núcleo de Formação Pedagógica (NFP):** Ensino de História, Laboratório de Ensino de História, Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação, Teoria e Prática Pedagógica, Fundamentos Psicológicos da Educação, Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas;

- **Núcleo de Formação Disciplinar (NFD):** História da Antiguidade Oriental, História da Antiguidade Ocidental, História Medieval I, História Medieval II, História Moderna I, História Moderna II, História Contemporânea I, História Contemporânea II, História da África, História da América I, História da América II, História do Brasil I, História do Brasil II, História do Brasil III, História do Brasil IV, História do Rio Grande do Sul I, História do Rio Grande do Sul II, Fundamentos da História, Teorias da História I, Teorias da História II, Metodologia e Prática da Pesquisa em História, Orientação de Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);

- **Núcleo de Formação Geral (NFG):** Pré-História, Educação Patrimonial, Antropologia, LIBRAS I, Disciplinas Optativas, Disciplinas de Formação Livre.

- **Núcleo de Estágio Supervisionado (NES):** Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II, Estágio Supervisionado no Ensino Médio I, Estágio Supervisionado no Ensino Médio II.¹⁹⁰

De acordo com a estrutura curricular do Curso de Licenciatura em História da UFPEL, observamos que a mesma é constituída por três áreas de formação que são: Formação Específica, Formação Livre e Formação Complementar.

A Formação Específica abrange os conteúdos curriculares de natureza teórica, a prática pedagógica e o estágio supervisionado. Percebemos ao olhar para essa organização curricular, que o curso de Licenciatura em História permite aos discentes uma formação que privilegie o diálogo entre a teoria e a prática. Ao mesmo tempo, o discente terá condições de desenvolver sua autonomia e reflexão crítica ao conseguir conciliar uma base teórica sólida com os desafios

¹⁹⁰ Estas referências estão incluídas no Projeto Político Pedagógico da Universidade Federal de Pelotas, 2010: 7/9.

educativos apresentados na prática diária do ser professor. Através do contato direto com a realidade da sala de aula, por meio de visitas, observações, diários de campo, ao discente e futuro professor lhe é apresentado o cenário real do dia a dia do trabalho do professor. Nesse momento de formação profissional é de suma importância que o discente se depare com o espaço da escola, o pátio, a biblioteca, os alunos, o quadro de professores e à direção da escola.

Acreditamos que quanto mais cedo for apresentado o espaço escolar para o discente, o mesmo terá condições de adquirir e aprofundar seus saberes¹⁹¹ e competências que os permitam fazer uma autorreflexão sobre os momentos que envolvem todo o processo de ensino-aprendizagem desenvolvidos no dia a dia de uma sala de aula.

Quanto a Formação Livre, a mesma é composta pelas disciplinas de caráter optativo, onde o discente possui a liberdade de escolher entre as disciplinas teóricas, as práticas ou mistas. As disciplinas optativas estão presentes na grade curricular, tornando-as obrigatórias de ser cursado num mínimo o total de 113 horas.

No que se refere ao Estágio Supervisionado, o mesmo compreende um total de 400 horas, divididos em quatro disciplinas de caráter prático. Tem como objetivo aprofundar as competências teóricas e práticas, com a intenção de que os estagiários possam desenvolver uma maior compreensão sobre a sua ação pedagógica e do seu processo formativo, possibilitando que os mesmos adquiram capacidades de reflexão, colaboração e inovação no seu desenvolvimento pessoal e profissional.

O plano de estudos divididos por semestres se dá da seguinte maneira:

1° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação	4	68	Obr	T	NFP
Ensino de História	4	68	Obr	P	NFP
Pré-História	4	68	Obr	T	NFG
História da Antiguidade Oriental	4	68	Obr	T	NFD
Fundamentos da História	4	68	Obr	T	NFD
2° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Teoria e Prática Pedagógica	4	68	Obr	T	NFP
LIBRAS I	4	68	Obr	T	NFG
Laboratório de Ensino de História	4	68	Obr	P	NFP

¹⁹¹ Schön realiza esta discussão teórica a respeito do conflito entre o saber escolar e a reflexão-na-ação, no seu artigo ver: Schön, 1992: 77-91.

História da Antiguidade Ocidental	4	68	Obr	T	NFD
Educação Patrimonial	4	68	Obr	P	NFG
3° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Fundamentos Psicológicos da Educação	4	68	Obr	T	NFP
Formação Livre			Liv		NFG
Antropologia	4	68	Obr	T	NFG
História Medieval I	4	68	Obr	T	NFD
Teorias da História I	4	68	Obr	T	NFD
4° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas	4	68	Obr	T	NFP
História do Brasil I	4	68	Obr	T	NFD
Optativa			Opt		NFG
História Medieval II	4	68	Obr	T	NFD
Teorias da História II	4	68	Obr	T	NFD
5° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I		100	Obr	P	NES
História do Brasil II	4	68	Obr	T	NFD
História da América I	4	68	Obr	T	NFD
História Moderna I	4	68	Obr	T	NFD
Metodologia e Prática da Pesquisa em História	4	68	Obr	P	NFD
6° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II		100	Obr	P	NES
História do Brasil III	4	68	Obr	T	NFD
História da América II	4	68	Obr	T	NFD
História Moderna II	4	68	Obr	T	NFD
História do Rio Grande do Sul I	4	68	Obr	T	NFD
7° semestre	Créd	C H	Car	Nat	Núc
Estágio Supervisionado no Ensino Médio I		100	Obr	P	NES
História do Brasil IV	4	68	Obr	T	NFD
Formação Livre			Liv		NFG
História Contemporânea I	4	68	Obr	T	NFD
História do Rio Grande do Sul II	4	68	Obr	T	NFD

Orientação de Pesquisa	4	68	Obr	P	NFD
8º semestre	Créd	CH	Car	Nat	Núc
Estágio Supervisionado no Ensino Médio II		100	Obr	P	NES
Formação Livre			Liv		NFG
História da África	4	68	Obr	T	NFD
História Contemporânea II	4	68	Obr	T	NFD
Optativa			Opt		NFG
Trabalho de Conclusão de Curso	4	136	Obr	P	NFD

Fonte: Projeto Político Pedagógico, 2010: 7.

Legenda: Crédito: Créd; carga Horária: CH; Caráter: Car; Natureza: Nat; Núcleo: Núc; Obrigatório: Obr; Livre: Liv; Teórico: T; Prático: P; Núcleo de Formação Pedagógica: NFP; Núcleo de Formação Disciplinar: NFD; Núcleo de Formação Geral: NFG e Núcleo de Estágio Supervisionado: NES

Tendo sido previamente delimitado o âmbito do nosso estudo estabelecemos prioridade às disciplinas de caráter teórico/prático que estão direcionadas a questão da construção de práticas pedagógicas no ensino de História, portanto iremos apenas nos deter nos objetivos gerais de cada disciplina em questão.

A disciplina Ensino de História é apresentada no primeiro semestre de caráter obrigatório, a mesma pertence ao Departamento de História e é desenvolvida num caráter prático. Tem como objetivos:

- Desenvolver no aluno competências didático-pedagógica para o ensino escolar de História;
- Permitir ao aluno, que o mesmo possa perceber as especificidades dos conhecimentos históricos, como objeto de ensino-aprendizagem escolar;
- Colocar os alunos em contato com a produção intelectual pertinente ao campo da Educação, especialmente no que diz respeito ao ensino escolar de História;
- Possibilitar ao aluno o desenvolvimento de uma compreensão acerca das funções sociais atribuídas ao ensino escolar de História, a partir do exame de aspectos didático-pedagógicos, políticos, legais e curriculares pertinentes ao ensino.
- A disciplina Fundamentos Sócio-Histórico-Filosóficos da Educação, também pertence ao primeiro semestre, tem caráter obrigatório pertencendo ao Departamento da Educação, apresenta como objetivos:

- Possibilitar aos alunos a aquisição progressiva de sensibilidade e competência para compreender e conceituar a realidade educacional em geral e da escola, através do estudo das categorias de fundamentos da educação.
- No segundo semestre é apresentada a disciplina Teoria e Prática Pedagógica, de caráter também obrigatório e teórico, de responsabilidade do Departamento de Ensino. Essa disciplina tem como objetivos:
 - Discutir questões relativas à história da profissão docente;
 - Analisar aspectos da identidade docente;
 - Refletir sobre a questão: como nos tornamos professores/as?
 - Caracterizar os processos de formação docente, os saberes e as competências necessárias ao exercício da docência e que são norteadores da prática pedagógica;
 - Relacionar aspectos da história de vida com a prática escolar;
 - Discutir as representações sociais e as imagens e auto-imagens da/na profissão docente;
 - Compreender os ciclos de vida profissional;
 - Analisar alguns problemas próprios do trabalho e da ação docentes.

O Laboratório de Ensino de História I é oferecido no segundo semestre, de caráter obrigatório com aulas práticas e de responsabilidade do Departamento de História. Apresenta como objetivos:

- Desenvolver no aluno competência didático-pedagógica para o ensino escolar de História;
- Permitir aos alunos perceberem as especificidades dos conhecimentos históricos como objeto de ensino-aprendizagem escolar;
- Permitir aos alunos o desenvolvimento de competências necessárias ao exercício da profissão docente;
- Refletir sobre a formação e o exercício da profissão docente.
- Os Fundamentos Psicológicos da Educação, uma disciplina obrigatória e teórica que pertence ao Departamento da Educação, apresenta como objetivo:
 - Capacitar o aluno a aplicar os Conhecimentos da Psicologia na prática do educador.
- Educação Brasileira: Organização e Políticas Públicas, uma disciplina obrigatória e teórica de responsabilidade do Departamento de Ensino, tem como objetivos:

- Estudar a legislação, as políticas educacionais e a realidade educacional na sua relação com a estrutura política, econômica e social;
- Desenvolver estudos sobre os sistemas educacionais para construir instrumentos que permitam exercer a crítica, possibilitando a tomada de posições e o exercício da análise das transformações da realidade educacional e social;
- Analisar criticamente os fatos educacionais necessários à formação docente para o exercício do magistério na rede de ensino.
- Metodologia e Prática de Pesquisa em História I e II, ambas são disciplinas obrigatórias de caráter prático e pertencem ao Departamento de História. Apresentam como objetivos:
 - Introduzir alunos/as ao universo da pesquisa em História;
 - Dar a conhecer fontes, acervos e outros recursos para a pesquisa em História.

Também encontramos na grade curricular as disciplinas Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental I e II, Estágio Supervisionado no Ensino Médio I e II, Orientação para a Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso, todos de caráter obrigatório e de responsabilidade do Departamento de História.

Ao analisarmos a grade curricular do curso de Licenciatura em História percebemos que os discentes a partir do primeiro semestre, começam a dialogar com inúmeras correntes teóricas e respectivamente um estudo paralelo ao ensino de História e suas práticas pedagógicas.

Observamos que em todos os semestres do curso de graduação, encontramos disciplinas que compõem a área específica da História, e também às relacionadas à didática da História, nesse sentido reconhecemos um amplo diálogo entre elas.

Ao final do curso, o discente defende seu Trabalho de Conclusão de Curso –TCC, com o intuito de:

O Trabalho de Conclusão de Curso se caracteriza como um trabalho de iniciação científica, onde o aluno irá exercitar-se no ofício de historiador e aprimorar conhecimentos sobre um determinado tema de seu interesse, de caráter histórico ou relacionado ao ensino de História, sob orientação individual de professor do quadro docente da universidade. (PROJETO PEDAGÓGICO, 2010: 139)

Portanto, reconhecemos a preocupação dessa instituição de ensino em formar além de um professor, um profissional habilitado para a sua atuação no campo da pesquisa, através da sua compreensão de que a docência e a História são saberes que promovem a formação do profissional que chamaremos de professor-historiador. Cabe a esse profissional ministrar as suas aulas de forma coerente e engajada com a intervenção no campo social e histórico do seu

tempo, transformando os resultados de seu fazer histórico em conhecimento ensinável, transmissível e aplicável para a sociedade. Para tanto, o professor consegue em sua prática profissional aliar seus conhecimentos históricos, resultantes das suas pesquisas, à docência em História, com vistas a propiciar aos seus estudantes um ambiente formativo voltado ao desenvolvimento de habilidades de análise, reflexão e crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossas conclusões prévias a respeito da formação docente nos permite hoje assegurar que formar um professor de História é algo muito mais complexo e por esse motivo ultrapassa os limites das propostas curriculares pré-estabelecidas. Formar um professor é antes de tudo formar um profissional capaz de dialogar com as diferentes fontes para produzir seu próprio conhecimento, é estar aberto ao debate, a reflexão sobre a sua prática diária e estar sempre pronto para poder construir os seus saberes docentes ao longo da sua trajetória profissional.

A sociedade contemporânea precisa de professores com uma formação inicial que tenha desde o início a teoria dialogando com a prática, pois somente assim os futuros professores poderão construir uma prática pedagógica pautada na criação, na reflexão e conhecimento. A universidade permanece sendo o espaço de construção desse conhecimento por esse motivo ao pensarmos em formação de professores, necessitamos pensar e analisar os cursos de graduação.

Dessa forma, buscamos unir teoria e prática, uma vez que não é possível conceber uma metodologia de ensino deslocada da produção do conhecimento específico.

O recorte temporal desse estudo diz respeito ao período compreendido entre os anos 1998 e 2016, momento esse marcado por diversas mudanças no contexto educacional, mudanças essas que repercutiram em reformulações nos currículos das instituições de ensino superior.

A investigação utilizou como fonte de pesquisa a análise bibliográfica. E a construção das novas análises terá como principal referencial teórico a Educação Histórica. A investigação aqui proposta está relacionada na formação histórica dos discentes, onde procuramos evidenciar que a sua formação acadêmica será percebida como uma categoria no qual:

significa o conjunto das competências de integração do mundo de si próprio que articula o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade. (RÜSEN, 2010: 95)

Por meio do trecho citado é possível perceber que em nosso entendimento a formação oportunizada pela trajetória acadêmica deve instrumentalizar o professor no que se refere à

capacidade de vincular sua reflexão sobre os saberes adquiridos, em situações de aprendizagem e em contextos abrangentes com o agir sobre a prática cotidiana.

Para finalizar, após essa breve análise bibliográfica nossas conclusões prévias nos levam a reconhecer um trabalho consistente quanto à formação do professor de História. De um modo geral a instituição prioriza um trabalho em conjunto entre a teoria e a prática do discente em Licenciatura em História, onde a mesma também busca um espaço de diálogo constante entre a educação superior e a educação básica no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Professores de História (ANPUH) — Sobre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de História. Fórum Nacional de Coordenadores de Pós-graduação em História, 27/11/1998.

COSTA, Aryana Lima — O Papel dos Cursos de Graduação em História: uma discussão sobre a formação dos profissionais de História. «Revista Aedos», n.6, vol.3, (2010), p.9-27.

DIAS, Rosanne Evangelista; LOPES, Alice Casimiro — Competências na Formação de Professores no Brasil: O que (não) há de novo. «Educação & Sociedade», n.85, vol.24 (2003), p.1155-1177.

FERRO, Marc — A manipulação da História no Ensino e nos meios de comunicação. Ibrasa, 1983.

FONSECA, S.G — A Formação do Professor de História do Brasil: novas diretrizes, velhos problemas. «24ª Reunião da ANPED», Caxambu,(2001), p.01-15.

FONSECA, S.G — Didática e Prática de Ensino de História. Campinas: Papirus, 2003.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

MATTOS, Ilmar R. — “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. «Revista Tempo», n.21, vol.11 (2006), p.5-16.

MESQUITA, Ilka Miglio de — Formação de Professores de História: experiências, olhares e possibilidades (Minas Gerais, anos 80 e 90). Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2000. Dissertação de Mestrado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO — Fatos sobre a Educação no Brasil 1994/2001, Brasília, 2001.

NÓVOA, António (Org) — Os Professores e sua Formação. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NÓVOA, António (Org) — Profissão Professor. Porto: Porto Editora, 1995.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Brasília: MEC/SEF, 1997.

PARECER nº 492/2001 Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de História - MEC

PARECER nº 583/2001 — Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação – MEC

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi — Por uma História prazerosa e consequente. In KARNAL, Leandro (coord) - História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas. São Paulo: Contexto, 2010, p.17-36.

PIRES, Arnaldo Lucas Junior; QUEIRÓZ, Carlone Trapp de — Licenciatura ou Bacharelado: Docentes refletem sobre sua prática pedagógica. «Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh – Rio», Rio de Janeiro, (2012), p.01-10.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO da Universidade Federal de Pelotas, RS, 2010.

REIS, Carlos Eduardo dos — A Formação do Professor de História. «Perspectiva», Florianópolis, vol.17, (1999). p.49-63.

RÜSEN, Jörn — Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas. Curitiba: W.A. Editores, 2011.

RÜSEN, Jörn — Historia viva: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001a.

RÜSEN, Jörn — Jörn Rüsen e o ensino de história. In SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (coord) - Curitiba: Editora UFPR, 2010.

RÜSEN, Jörn — Razão Histórica Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001b.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene — Ensinar História: Scipione, 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel — Aprender História: Perspectivas da Educação Histórica. Ijuí: Unijuí, 2009.

SOARES, Olavo Pereira — A atividade de ensino de história: processo de formação de professores e alunos. Araraquara. São Paulo: Junqueira & Marin, 2008.